

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BNP PARIBAS

Referentes aos exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2016 e 2015



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS	
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015	5
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016.....	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016.....	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015	12



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Srs. Administradores
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações das financeiras consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentação complementar do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações das financeiras consolidadas" e 3 - "Resumo das principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações das financeiras consolidadas", que divulga:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentação complementar do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações das financeiras consolidadas" e 3 - "Resumo das principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais



distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais mil)

ATIVO	NOTAS	31.12.2016	31.12.2015
Circulante		26.422.539	34.076.033
Disponibilidades		43.888	98.993
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.963.335	3.668.529
Aplicações no mercado aberto		2.691.451	3.455.539
Aplicações em depósitos interfinanceiros		112.904	188.550
Aplicações em moedas estrangeiras		158.980	24.440
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	4.960.618	7.092.028
Carteira própria		1.123.340	2.094.231
Vinculados a compromissos de recompra		1.148.409	1.196.983
Vinculados ao Banco Central		64.354	-
Vinculados à prestação de garantias		413.058	952.303
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		-	192.694
Instrumentos financeiros derivativos		2.211.457	2.655.817
Relações interfinanceiras		185.434	55.653
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		185.371	55.547
Correspondentes		63	106
Operações de crédito	(6)	3.856.418	2.701.501
Setor privado		4.157.412	3.038.711
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(300.994)	(337.210)
Outros créditos		14.314.544	20.310.771
Avais e fianças honrados		105.003	-
Carteira de câmbio	(7.1)	11.121.125	16.638.275
Rendas a receber		19.731	22.196
Títulos e créditos a receber		2.478.123	2.948.287
Negociação e intermediação de valores		132.273	148.843
Diversos	(7.2)	686.379	628.316
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(228.090)	(75.146)
Outros valores e bens		98.302	148.558
Despesas antecipadas		98.302	148.558
Não Circulante		9.939.414	12.234.440
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	3.372
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	3.372
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	2.195.228	1.179.368
Carteira própria		361.907	112.026
Vinculados a compromissos de recompra		215.068	45.565
Vinculados ao Banco Central		470.801	-
Vinculados à prestação de garantias		480.065	81.366
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		-	284.414
Instrumentos financeiros derivativos		667.387	655.997
Operações de crédito	(6)	3.871.755	3.278.243
Setor privado		3.973.711	3.362.529
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(101.956)	(84.286)



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais mil) (Continuação)

Outros créditos		3.689.845	7.541.977
Carteira de câmbio	(7.1)	2.557.695	6.365.666
Rendas a receber		-	2
Negociação e intermediação de valores		-	128.768
Títulos e créditos a receber		49.200	31.394
Diversos	(7.2)	1.083.304	1.016.412
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(354)	(265)
Outros valores e bens		182.586	231.480
Despesas antecipadas		182.586	231.480
Permanente		100.659	82.386
Investimentos		17.133	17.626
Participação em controlada no país	(9.1)	14.439	15.720
Outros investimentos	(9.2)	2.694	1.906
Imobilizado de uso		27.249	17.819
Outras imobilizações de uso		68.228	58.923
Depreciações acumuladas		(40.979)	(41.104)
Diferido		-	30
Gastos de organização e expansão		-	12.985
Amortização acumulada		-	(12.955)
Intangível	(8)	56.277	46.911
Ativos intangíveis		91.271	82.583
Amortização acumulada		(34.994)	(35.672)
TOTAL DO ATIVO		<u>36.462.612</u>	<u>46.392.859</u>

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais mil)

PASSIVO	NOTAS	31.12.2016	31.12.2015
Circulante		25.421.948	32.009.110
Depósitos	(10)	4.441.924	3.084.021
Depósitos à vista		281.785	203.632
Depósitos interfinanceiros		217.641	424.144
Depósitos a prazo		3.815.759	2.327.382
Depósitos em moeda estrangeira		126.739	128.863
Captações no mercado aberto		1.686.139	2.468.447
Carteira própria		543.871	927.651
Carteira de terceiros		1.142.268	1.540.796
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.868.483	3.252.431
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.103.036	2.081.303
Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		740.773	1.137.250
Certificados de operações estruturadas		24.674	33.878
Relações interfinanceiras		135	-
Recebimentos e pagamentos a liquidar		135	-
Relações interdependências		961	-
Recursos em trânsito de terceiros		961	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	4.343.664	4.535.704
Empréstimos no exterior		4.248.930	4.264.314
Repasses do país		94.734	101.883
Repasses do exterior		-	169.507
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	1.449.740	1.846.153
Instrumentos financeiros derivativos		1.449.740	1.846.153
Outras obrigações		11.630.902	16.822.354
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.408	7.035
Carteira de câmbio	(7.1)	9.886.592	14.134.310
Sociais e estatutárias		50.516	280.932
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	131.505	260.568
Negociação e intermediação de valores		102.820	595.543
Dívida subordinada	(12.2)	30.899	17.403
Diversas	(12.3)	1.393.708	1.526.563
Resultado de exercícios futuros		30.454	-
Não Circulante		7.660.384	11.549.735
Depósitos	(10)	1.140.327	897.025
Depósitos a prazo		1.140.327	894.285
Depósitos interfinanceiros		-	2.740
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.527.108	1.313.038
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.500.786	1.247.726
Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		-	63.930
Certificados de operações estruturadas		26.322	1.382
Relações interdependências		65.238	99.951
Recursos em trânsito de terceiros		65.238	99.951

Página 7



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais mil) (Continuação)

Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	287.781	73.849
Repasses do país		111.570	73.849
Repasses do exterior		176.211	-
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	651.207	1.001.393
Instrumentos financeiros derivativos		651.207	1.001.393
Outras obrigações		3.988.723	8.164.479
Carteira de câmbio	(7.1)	2.496.051	6.536.603
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	480.757	434.283
Dívida subordinada	(12.2)	815.226	944.874
Diversas	(12.3)	191.792	216.812
Resultado de exercícios futuros		4.897	31.907
Patrimônio líquido	(13)	3.380.280	2.834.014
Capital social:		724.730	717.261
De domiciliados no país		4	4
De domiciliados no exterior		724.726	717.257
Aumento de capital		513.336	7.470
Reservas de lucros		863.415	724.730
Ajuste de avaliação patrimonial		12.121	(9.696)
Participação de não controladores		1.266.678	1.394.249
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>36.462.612</u>	<u>46.392.859</u>

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em reais mil)

	NOTAS	01.07 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Receitas da intermediação financeira		2.349.789	2.744.564	3.770.755
Operações de crédito		1.099.898	2.088.416	1.706.866
Operações de arrendamento mercantil		-	-	9.027
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		997.148	1.788.467	952.695
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		198.354	(1.253.980)	1.039.849
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		54.389	121.661	62.318
Despesas da intermediação financeira		(1.778.572)	(1.607.813)	(2.356.861)
Operações de captação no mercado		(1.134.375)	(1.758.798)	(1.189.380)
Operações de empréstimos e repasses		(207.677)	867.741	(1.595.209)
Resultado de operações de câmbio		(55.234)	(72.415)	855.923
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(381.286)	(644.341)	(428.195)
Resultado bruto da intermediação financeira		571.217	1.136.751	1.413.894
Outras receitas (despesas) operacionais		(404.553)	(852.883)	(764.313)
Receitas de prestação de serviços		191.186	327.764	338.287
Rendas com tarifas bancárias		74.419	134.803	117.208
Despesas de pessoal		(150.136)	(295.387)	(267.846)
Resultado de participação em controlada	(9)	1.542	3.114	4.395
Outras despesas administrativas		(498.171)	(1.004.251)	(812.101)
Despesas tributárias		(71.404)	(121.358)	(130.707)
Outras receitas operacionais	(14.1)	192.562	390.594	435.596
Outras despesas operacionais	(14.2)	(144.551)	(288.162)	(449.145)
Resultado operacional		166.664	283.868	649.581
Resultado não operacional		(1.235)	(3.165)	(3.355)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		165.429	280.703	646.226
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(30.911)	(53.728)	(153.811)
Provisão para imposto de renda		(8.040)	(8.125)	(177.389)
Provisão para contribuição social		(6.720)	(4.131)	(100.616)
Ativo fiscal diferido		(16.151)	(41.472)	124.194
Participações no lucro		(43.727)	(110.861)	(84.403)
Lucro líquido do semestre/exercício		90.791	116.114	408.012
Lucro líquido por ação - em R\$		0,10	0,13	0,45

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em reais mil)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	716.735	525	112.708	604.552	(4.128)	-	1.360.083	2.790.475
Homologação do aumento de capital	525	(525)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - Incorporação de reservas	-	7.470	-	(7.470)	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	(5.568)	-	-	(5.568)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	298.806	109.206	408.012
Destinações:								
Reserva legal	-	-	14.940	-	-	(14.940)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(89.656)	-	(89.656)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(194.210)	(75.040)	(269.250)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	717.260	7.470	127.648	597.082	(9.696)	-	1.394.249	2.834.013
Homologação do aumento de capital	7.470	(7.470)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	513.336	-	-	-	-	-	513.336
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	21.817	-	-	21.817
Lucro/prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	183.685	(67.571)	116.114
Destinações:								
Reserva legal	-	-	9.184	-	-	(9.184)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	129.501	-	(129.501)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(60.000)	(60.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	724.730	513.336	136.832	726.583	12.121	-	1.266.678	3.380.280
Saldos em 30 de Junho de 2016	724.730	-	127.648	597.082	(19.716)	86.959	1.272.613	2.789.316
Aumento de capital	-	513.336	-	-	-	-	-	513.336
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	31.837	-	-	31.837
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	96.726	(5.935)	90.791
Destinações:								
Reserva legal	-	-	9.184	-	-	(9.184)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	129.501	-	(129.501)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	724.730	513.336	136.832	726.583	12.121	-	1.266.678	3.380.280

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em reais mil)

	01.07 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado	464.532	377.332	972.324
Lucro líquido	90.791	116.114	408.012
Depreciações e amortizações	5.786	11.083	12.280
Depreciação de bens arrendados	-	-	27.375
Superveniência de depreciação	-	-	99.008
Resultado de participação em controlada	(1.542)	(3.114)	(4.395)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	1.512	(496.566)	120.305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	381.287	644.342	428.195
Provisão para fianças	(88.551)	(68.163)	78.853
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	952	3.096	83.625
Tributos diferidos	16.151	41.472	(124.194)
Participações nos lucros e bônus	38.792	100.186	61.200
Provisão - outras	51.235	69.304	26.922
Provisão para perdas operacionais	-	-	22.804
Receita de prestação de serviços não recebidas	(37.699)	(37.699)	(34.870)
Amortização de despesas com parceiros comerciais	3.968	7.613	18.435
Constituição de crédito fiscal	-	-	(162.022)
Variação monetária	(11.869)	(24.055)	(89.209)
Provisão para outras despesas	13.583	13.583	-
Diversos	136	136	-
Variação de ativos e obrigações	(1.359.829)	(823.918)	(1.595.693)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(346.808)	(908.020)	(867.200)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(56.362)	426.972	(3.249.799)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	(107.383)	(129.375)	49.882
(Aumento) redução em relações interdependências	(6.473)	(33.752)	46.387
(Aumento) redução em operações de crédito	(1.338.750)	(2.354.099)	(1.199.499)
(Aumento) redução em outros créditos	1.990.514	10.437.173	(11.415.476)
(Aumento) redução em outros valores e bens	45.370	91.538	65.112
(Aumento) redução de imobilizado de arrendamento	-	-	14.959
Aumento (redução) em depósitos	992.087	3.884.601	230.432
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	(439.460)	(1.989.201)	1.460.265
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(827.157)	(1.169.878)	1.688.667
Aumento (redução) em sociais e estatutária - PLR	5.516	(10.498)	(284.002)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(74.422)	21.892	1.686.291
Aumento (redução) em outras obrigações	(1.208.676)	(9.094.715)	10.173.942
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	12.175	3.444	4.346
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(895.297)	(446.586)	(623.369)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisição) alienação de investimentos	(63)	3.603	6.791
(Aquisição) alienação de imobilizado de uso	(9.846)	(15.976)	(6.110)
(Aquisição) alienação de diferido	29	29	2
(Aquisição) alienação de intangível	(8.440)	(13.981)	(3.980)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(18.320)	(26.325)	(3.297)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio	-	(136.208)	(87.880)
Aumento de capital	513.336	513.336	-
Aumento (redução) de obrigações em dívida subordinada	(485.298)	(637.201)	109.888
CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	28.038	(260.073)	22.008
Variação de caixa e equivalente de caixa	(885.579)	(732.984)	(604.658)
No início do período	3.779.897	3.627.302	4.231.960
No fim do período	2.894.318	2.894.318	3.627.302
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(885.579)	(732.984)	(604.658)

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Página 11



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil S.A. ("Conglomerado") engloba além do Banco BNP Paribas Brasil e do Banco Cetelem, o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior e BGN Mercantil e Serviços Ltda. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. é a empresa líder do Conglomerado e opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Conselho Monetário Nacional - CMN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

Em março de 2016 o Banco Cetelem adquiriu pelo seu valor contábil o controle societário da "BGN Mercantil e Serviços Ltda.", anteriormente, controlada pela "Cetelem Serviços Ltda."

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 do CMN que, a partir de 30 de Junho de 2014, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e pela Circular do BACEN nº 3.701, de 31 de Março de 2014 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As políticas contábeis das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Banco.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial apresentam os saldos das contas e transações do Banco e das seguintes instituições financeiras, fundo de investimento e empresa de serviços:

<u>Instituições</u>	<u>Atividade</u>	<u>País</u>
Banco Cetelem S.A.	Bancária	Brasil
BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	Brasil
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	Atividades Auxiliares de Serviços Financeiros	Brasil

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas sendo efetuada a correspondente eliminação dos saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas.

Banco Cetelem S.A.

O Banco Cetelem S.A. é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento.

BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior

Trata-se de um fundo exclusivo do Banco BNP Paribas Brasil S.A.. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar ao seu cotista valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos em carteira diversificada de ativos financeiros, inclusive aqueles emitidos e/ou negociados, direta ou indiretamente, no exterior.

BGN Mercantil e Serviços Ltda.

O BGN Mercantil e Serviços Ltda. tem por objeto social a aquisição de direito de crédito decorrente de vendas mercantis e de outros negócios jurídicos.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: **i)** provisão para créditos de liquidação duvidosa; **ii)** ativos fiscais diferidos; **iii)** provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; **iv)** valorização de instrumentos financeiros; **v)** ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e **vi)** outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Conglomerado, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN.

Pronunciamentos emitidos, com efeito, a partir de 1 de janeiro de 2017.

- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela resolução 4.524/2016.
- CPC 04 (R1) - Ativo intangível - homologado pela resolução 4.534/2016.
- CPC 27 - Ativo imobilizado - homologado pela resolução 4.535/2016.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 5) são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.



3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) *Apuração do resultado*

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.064/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) *Aplicações interfinanceiras de liquidez*

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) *Títulos e valores mobiliários*

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento.

e) *Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)*

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- **"Hedge" de Risco de Mercado** - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **"Hedge" de Fluxo de Caixa** - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto está demonstrado na nota 5.2.4.

r) *Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa*

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota 6.



g) Outros valores e bens

Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e despesas com parceiros comerciais.

Para efeito das comissões pagas a título de originação de novas operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2014, as despesas antecipadas continuam sendo amortizadas em função dos prazos das operações correspondentes. Em caso de liquidação antecipada, o saldo remanescente na data é reconhecido diretamente no resultado do período. Em casos de renegociação, a parcela de despesa antecipada ainda não amortizadas na data da renegociação, continua sendo amortizada conforme o prazo da operação original.

As novas comissões pagas a títulos de originação de operações de crédito efetuadas após 02 de janeiro de 2015 foram diferidas a razão de dois terços (2/3) e a partir de 02 de janeiro de 2016 são diferidas a razão de um terço (1/3) e apropriadas ao resultado de forma linear no prazo de 36 meses, sendo a parcela restante contabilizada diretamente no resultado como despesa do período. A partir de 02 de janeiro de 2017 as comissões pagas a títulos de originação de operações de crédito serão apropriadas integralmente ao resultado.

Os saldos registrados no grupo de despesas antecipadas no ativo são imediatamente reconhecidos no resultado quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

As demais despesas antecipadas, que não sejam decorrentes da originação de contratos, referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, são amortizadas em função do prazo das operações.

h) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados; 10% para outros bens.

j) Ativo diferido

O ativo diferido em 31 de dezembro de 2015 era representado por gastos de organização e expansão, e registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização era calculada pelo prazo de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2016 não havia saldo nesta rubrica.

k) Ativo intangível

O ativo intangível é composto por:

- Rentabilidade futura decorrente da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis. É submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.
- Outros ativos intangíveis, registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

l) Redução ao valor recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de "impairment" efetuada.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

m) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificadas utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações Legais Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota 12.3.1.



o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social era calculada à alíquota de 15% até 31 de agosto de 2015, passada para 20% a partir de 1 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, sobre os rendimentos tributáveis conforme majoração estabelecida pela Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015, fruto da conversão da Medida Provisória nº 675.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidade	43.888	98.993
Aplicações no mercado aberto (a)	2.691.578	3.455.539
Aplicações em depósitos interfinanceiros (a)	-	48.330
Aplicações em moedas estrangeiras (a)	158.852	24.440
Total	2.894.318	3.627.302

(a) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	31.12.2016								31.12.2015
	Ajuste a mercado			Por Vencimento					Valor de mercado
	Valor de custo/ contrato	Resultado	Patrimônio líquido	Valor de mercado	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Títulos para negociação									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	160	-	-	160	-	-	-	160	141
Letras do Tesouro Nacional - LTN	583.496	1.288	-	584.784	40.757	155.892	258.566	129.569	1.701.041
Notas do Tesouro Nacional - NTN	742.693	5.541	-	748.234	2.020	-	-	746.214	501.432
	1.326.349	6.829	-	1.333.178	42.777	155.892	258.566	875.943	2.202.614
Títulos disponíveis para venda									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.190.503	-	24.611	2.215.114	299.848	630.263	248.222	1.036.781	1.536.010
Notas do Tesouro Nacional - NTN	145.638	-	3.862	149.500	-	-	-	149.500	135.211
Debêntures	224.421	-	511	224.932	96.374	128.558	-	-	344.677
Nota Soberana	344.875	-	(3.315)	341.560	-	-	-	341.560	671.594
Nota Provisória	-	-	-	-	-	-	-	-	69.476
	2.905.437	-	25.669	2.931.106	396.222	758.821	248.222	1.527.841	2.756.968
Títulos até o vencimento									
CDB	12.718	-	-	12.718	-	-	-	12.718	-
	12.718	-	-	12.718	-	-	-	12.718	-
Subtotal do ativo	4.244.504	6.829	25.669	4.277.002	438.999	914.713	506.788	2.416.502	4.959.582
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo									
Operações de opções	528.885	(61.660)	-	467.225	180.029	40.699	21.915	224.582	588.496
Operações a termo	1.066.192	14.928	-	1.081.120	873.934	172.168	29.718	5.300	1.642.221
Operações de "swap"	1.205.510	124.989	-	1.330.499	89.326	62.317	741.351	437.505	1.081.097
	2.800.587	78.257	-	2.878.844	1.143.289	275.184	792.984	667.387	3.311.814
Total do ativo	7.045.091	85.086	25.669	7.155.846	1.582.288	1.189.897	1.299.772	3.083.889	8.271.396
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo									
Operações de opções	406.065	142.074	-	548.139	35.161	76.646	92.175	344.157	535.972
Operações a termo	1.022.476	19.243	-	1.041.719	733.254	201.796	75.135	31.534	699.678
Operações de "swap"	320.294	190.795	-	511.089	105.560	92.366	37.647	275.516	1.611.896
Total do passivo	1.748.835	352.112	-	2.100.947	873.975	370.808	204.957	651.207	2.847.546



Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Conglomerado tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

A contabilização é realizada conforme como segue:

- **Operações de "swap"** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro rata até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Sholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

Valor nominal por contraparte - Prudencial	CETIP				BMF&Bovespa	Total	
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação	31.12.2016	31.12.2015
Operações com opções	5.118	11.326.870	7.401.115	-	19.776.537	38.509.640	15.271.817
Operações com opções - Comprada	-	6.648.606	3.373.063	-	10.642.736	20.664.405	9.062.855
Operações com opções - Vendida	5.118	4.678.264	4.028.052	-	9.133.801	17.845.235	6.208.962
Operações com "swap"	-	6.891.205	2.899.039	2.089.316	3.357.091	15.236.651	57.722.945
"Swap"	-	6.891.205	2.899.039	2.089.316	3.357.091	15.236.651	57.722.945
Operações com futuros	-	-	-	-	65.265.170	65.265.170	141.222.140
Operações com futuros - Comprada	-	-	-	-	28.468.196	28.468.196	54.644.977
Operações com futuros - Vendida	-	-	-	-	36.796.974	36.796.974	86.577.163
Operações a termo	-	12.569.775	122.030	-	-	12.691.805	19.701.594
Operações a termo - Comprada	-	6.988.932	122.030	-	-	7.110.962	7.953.685
Operações a termo - Vendida	-	5.580.843	-	-	-	5.580.843	11.747.909

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador - Prudencial	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 31.12.2016	Valor nominal 31.12.2015
Operações com opções	467.225	548.139	38.509.640	15.271.817
Compra de opção de:	467.225	-	20.664.405	9.062.855
Compra de DI 1 dia	147	-	6.765.000	337
Compra de Dólar	249.895	-	11.854.783	5.642.392
Venda DI 1 dia	-	-	-	408
Venda de Dólar	217.183	-	2.044.622	3.419.718
Venda de opção de:	-	548.139	17.845.235	6.208.962
Compra de DI 1 dia	-	-	6.768.000	432
Compra de Dólar	-	120.589	3.039.962	4.096.792
Compra de Ações	-	8.436	11.637	1.051
Venda DI 1 dia	-	-	-	504
Venda Índice	-	-	-	44.000
Venda de Dólar	-	419.114	8.025.636	2.066.183



Composição por indexador - Prudencial	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			31.12.2016	31.12.2015
Operações com swap	1.330.499	511.090	15.236.651	57.722.945
Ações x DI	671	36.387	325.347	281.304
Ações x PRÉ	83.020	-	635.510	1.139.123
Cupom de Dólar x LIBOR	-	-	-	377.712
Cupom de Dólar x DI	-	17.424	423.009	168.167
Cupom de Dólar x PRÉ	-	13.048	200.000	267.124
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	-	62.526	3.166.136	42.492.175
Cupom de Dólar x Outros	1.245	-	366.875	-
DI x Ações	33.152	-	265.783	264.954
DI x Cupom de Euro	60.999	27.079	773.566	1.080.881
DI x Cupom de Dólar	353.212	145.879	3.596.151	3.556.110
DI x Índice de Preço	6.433	69.455	831.344	1.118.509
DI x PRÉ	8.443	46	39.026	47.126
Ouro x PRÉ	-	-	3.500	217.199
Outras Moedas x PRÉ	-	-	-	326.689
Índice de Preço x DI	31.500	7.624	493.054	623.317
PRÉ x Ações	-	83.020	635.510	1.117.928
PRÉ x Cupom de Euro	40.204	6.033	536.646	324.967
PRÉ x Cupom de Dólar	12.825	7.908	199.163	1.869.537
PRÉ x Libra Esterlina	698.795	-	2.007.673	2.007.673
PRÉ x Outros	-	34.661	738.358	442.450
Operações com futuros	-	-	65.265.170	141.222.140
Operações com futuros - Comprada	-	-	28.468.196	54.644.977
Cupom Cambial - DDI	-	-	10.236.153	9.864.052
DI	-	-	18.163.927	36.925.547
Moedas	-	-	68.116	7.855.378
Operações com futuros - Vendida	-	-	36.796.974	86.577.163
Cupom Cambial - DDI	-	-	10.119.672	31.792.201
DI	-	-	12.398.463	11.475.707
Selic - OC1	-	-	10.988.835	41.130.491
Moedas	-	-	3.290.004	2.178.764
Operações a termo	1.081.120	1.041.718	12.691.805	19.701.594
Operações a termo - Comprada	300.682	657.186	7.110.962	7.953.685
Moeda	5.706	362.115	7.110.962	7.953.685
Títulos Públicos	294.976	295.071	-	-
Operações a termo - Vendida	780.438	384.532	5.580.843	11.747.909
Moeda	396.778	1.056	5.580.843	11.747.909
Títulos Públicos	383.660	383.476	-	-

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e liquidação de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia, no valor de R\$893.123 (R\$1.033.669 em 2015) e de fiança bancária no valor de R\$325.000 (R\$670.000 em 2015).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado possuía as seguintes posições em operações:

"Hedge" de Risco de Mercado

INSTRUMENTO			OBJETO DE "HEDGE"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DI	01.07.2020	5.117.015	CDI	Pré	5.021.678	5.119.477	180.003
DI	02.01.2017	49.949	Títulos - LTN	Pré	49.972	49.975	346
DI	02.01.2020	18.633	Instr. Dívida - LF Res. 3.444	Pré	18.621	18.643	(2.881)
DDI	02.01.2026	831.578	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	832.821	831.942	(24.307)



“Hedge” de Fluxo de Caixa

INSTRUMENTO			OBJETO DE “HEDGE”				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Ajuste no patrimônio líquido
DI	02.01.2018	690.663	LF	Pós	690.559	691.013	250
DI	02.01.2018	102.996	CDB	Pós	102.586	103.048	254

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 31 de Dezembro de 2016, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o exercício.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas as operações de crédito, que incluem operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros entes, operações de empréstimos, CDC atrelados a cartão de crédito e adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

“Rating”	31.12.2016							31.12.2015	
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamento	Financiamento rural e agroindustriais	Avais e fianças honradas	Adiantamento sobre contratos de câmbio	Títulos de créditos a receber	Total	Valor contábil	
AA	333.506	216.162	137.571	-	889.797	900.680	2.477.716	2.670.034	
A	6.162.625	188.857	19.560	-	217.089	1.535.969	8.124.100	7.707.906	
B	282.876	1.158	84.398	-	625.328	70.254	1.064.014	434.146	
C	200.246	3.223	14.301	-	36.488	9.171	263.429	269.209	
D	80.974	568	-	-	13.431	4.127	99.100	104.884	
E	59.001	482	-	-	-	2.974	62.457	68.776	
F	75.073	343	-	-	109.041	2.253	186.710	74.716	
G	54.259	189	-	-	-	855	55.303	56.856	
H	215.454	297	-	105.003	19.149	1.040	340.943	262.051	
Total	7.464.014	411.279	255.830	105.003	1.910.323	2.527.323	12.673.772	11.648.578	
PDD	396.767	3.088	3.095	105.003	105.896	17.545	631.394	496.907	

6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	31.12.2016		31.12.2015	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado:				
Pessoa Física	8.217.904	64,84	7.019.274	60,26
Serviços	2.589.493	20,43	2.948.185	25,31
Indústria	1.475.377	11,64	1.002.372	8,60
Comércio	390.998	3,09	678.747	5,83
Total	12.673.772	100,00	11.648.578	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	31.12.2016		31.12.2015	
	R\$	%	R\$	%
A vencer:				
Até 180 dias	5.689.722	44,89	5.821.389	49,97
De 181 a 360 dias	2.563.321	20,23	2.109.393	18,11
Acima de 361 dias	4.015.737	31,69	3.392.042	29,12
Vencidos:				
Até 14 dias	11.507	0,09	12.900	0,11
De 15 a 60 dias	85.143	0,67	39.653	0,34
Vencidas há mais de 60 dias	308.342	2,43	273.201	2,35
Total	12.673.772	100,00	11.648.578	100,00



6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo inicial do exercício	496.907	408.717
Constituição da provisão	908.546	692.292
Reversão da provisão	(264.205)	(264.097)
Baixa da provisão	(509.854)	(340.005)
Saldo no final do exercício	631.394	496.907
Provisão específica	560.820	421.278
Provisão prudencial	70.574	75.629

Em 2016 houve recuperação de créditos referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$46.412 (R\$35.042 em 2015). Os créditos renegociados no exercício montam R\$1.522.887 (R\$2.157.943 em 2015).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Outros Créditos - Carteira de Câmbio

<u>ATIVO</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Câmbio comprado a liquidar	7.564.391	12.583.749
Direitos sobre venda de câmbio	6.156.273	10.388.966
Cambiais em moeda estrangeira	-	8.148
Adiantamentos em moeda nacional	(405)	(1.206)
Adiantamentos em moeda estrangeira	(68.486)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	27.047	24.284
Total	13.678.820	23.003.941
Curto prazo	11.121.125	16.638.275
Longo prazo	2.557.695	6.365.666
<u>PASSIVO</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Câmbio vendido a liquidar	6.232.860	12.729.455
Obrigações por compra de câmbio	8.033.060	10.194.387
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(1.883.277)	(2.252.929)
Total	12.382.643	20.670.913
Curto prazo	9.886.592	14.134.310
Longo prazo	2.496.051	6.536.603

7.2 Outros Crédito - Diversos

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Crédito tributário de impostos e contribuições	883.241	850.616
Adiantamento de comissão	24.081	11.214
Valores a receber de sociedades ligadas	4.578	2.908
Antecipação de portabilidade	889	3.565
Pagamentos a ressarcir	3.045	6.481
Impostos e contribuições a compensar	172.803	270.186
Devedores diversos - Exterior	33.690	30.837
Devedores diversos - País	151.743	17.935
Adiantamentos diversos	6.719	6.130
Devedores por depósitos em garantia	488.894	444.856
Total	1.769.683	1.644.728
Curto prazo	686.379	628.316
Longo prazo	1.083.304	1.016.412



No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo em 31.12.2015	Constituição aquisição BGN	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2016
Imposto de renda					
<i>Diferenças temporárias:</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	115.869	-	130.097	(92.816)	153.150
Ajuste a mercado de derivativos	51.252	-	15.548	(51.252)	15.548
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	-	-	229	-	229
Provisão títulos disponíveis para venda	1.434	-	-	(1.434)	-
Provisão para riscos fiscais	101.164	-	10.682	-	111.846
Provisão para outros passivos contingentes	34.417	-	7.937	(842)	41.512
Provisão de avais e fianças	44.106	-	19.844	(37.819)	26.131
Provisão para outros passivos	29.085	75	28.815	(23.437)	34.538
Provisões diversas	24.930	25	16.753	(6.434)	35.274
Amortização Ágio	86.666	-	-	(20.446)	66.220
Prejuízo fiscal	-	12.412	16.371	(172)	28.611
"Impairment"	1.481	-	-	-	1.481
Provisão para Perdas na alienação de bens	-	6	-	(6)	-
	490.404	12.518	246.276	(234.658)	514.540
Contribuição social					
<i>Diferenças temporárias:</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92.695	-	104.077	(74.252)	122.520
Ajuste a mercado de derivativos	41.001	-	12.437	(41.001)	12.437
Provisão "hedge" fluxo de caixa	-	-	182	-	182
Provisão títulos disponíveis para venda	1.148	-	-	(1.148)	-
Provisão para riscos fiscais	61.009	-	6.464	-	67.473
Provisão para outros passivos contingentes	22.833	-	5.311	(2.688)	25.456
Provisão de avais e fianças	34.096	-	16.011	(30.254)	19.853
Provisão para outros passivos	23.274	27	22.740	(18.750)	27.291
Provisões diversas	19.001	9	13.320	(5.142)	27.188
Amortização ágio	64.267	-	-	(16.357)	47.910
Base negativa	-	4.468	13.097	(62)	17.503
"Impairment"	888	-	-	-	888
Provisão para perdas na alienação de bens	-	3	-	(3)	-
	360.212	4.507	193.639	(189.657)	368.701
Total 2016	850.616	17.025	439.915	(424.315)	883.241
Total 2015	748.006	-	435.632	(333.022)	850.616

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas Demonstrações Financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2016 é:

Projeção	2017	2018	2019	2020	2021	de 2022 até 2026	Total
Créditos tributários	403.677	157.503	76.115	29.827	20.482	195.637	883.241

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2016, é estimado em R\$621.288 (R\$555.470 em 2015) utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

8. INTANGÍVEL

É representado principalmente pelo intangível incorporado da Submarino Finance, no montante de R\$33.540 (R\$35.420 em 2015), decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis e testados por "impairment" ao menos anualmente, bem como por outros ativos intangíveis, no total de R\$22.737 (R\$11.491 em 2015).

	31.12.2016			31.12.2015	
	(%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor contábil
Ágio incorporado - Submarino Finance	5,6	35.577	(2.037)	33.540	35.420
Outros ativos intangíveis	20	55.694	(32.957)	22.737	11.491
Total		91.271	(34.994)	56.277	46.911



9. INVESTIMENTO

9.1 Investimento em Controlada No País

	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	
	31.12.2016	31.12.2015
Informações relevantes sobre o investimento		
Patrimônio líquido	19.412	21.135
Resultado do semestre	4.186	5.909
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	3.114	4.395
Valor contábil do investimento	14.439	15.720

9.2 Outros investimentos

Está representado basicamente por um investimento no Condomínio do Sistema Galgo, um projeto criado pela ANBIMA com parceria de outras Instituições Financeiras. O Banco BNP Paribas possui 6,6667% do Projeto Galgo, que em 31 de dezembro de 2016 representa R\$2.135 (R\$1.333 em 2015) líquido de "impairment" no montante de R\$5.923 com base em laudo técnico de avaliação.

10. DEPÓSITOS

Segue abaixo a captação em depósitos existente em 31 de dezembro de 2016 por vencimento:

Títulos	Em quantidade de dias					Total 2016	Total 2015
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	281.785	-	-	-	-	281.785	203.632
Depósito interfinanceiro	-	109.070	104.199	4.372	-	217.641	426.884
Depósito a prazo	-	231.244	1.219.314	2.365.201	1.140.327	4.956.086	3.221.667
Depósito em moeda estrangeira	-	-	126.739	-	-	126.739	128.863
Total	281.785	340.314	1.450.252	2.369.573	1.140.327	5.582.251	3.981.046

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos e repasses	4.631.445	4.609.553
Curto prazo	4.343.664	4.535.704
Longo prazo	287.781	73.849

- Obrigações em Moedas Estrangeiras - financiamentos à importação e exportação com cartas de crédito contratadas:
 - i) Empresas do Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, todos vencíveis até 16 de novembro de 2017 com encargos financeiros que variam de 0,61% a.a. a 1,55% a.a. (0,02% a.a. a 1,00% a.a. em 2015), além da respectiva variação cambial;
 - ii) Outros empréstimos, vencíveis em 20 de fevereiro de 2017, com encargos financeiros de 8,20% a.a. (6,49% a.a. a 8,03% a.a. em 2015), além da respectiva variação cambial; e
 - iii) Em 31 de dezembro de 2015 as Obrigações por empréstimos no exterior, com encargos financeiros de 0,04% a.a., além da respectiva variação cambial.
- Operações de Repasses do País BNDES - vencíveis até 17 de junho de 2019 com encargos que variam de:
 - i) 8,00% a.a. a 8,50% a.a. (8,50% a.a. em 2015) acima da variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - ii) 6,41% a.a. a 6,50% a.a. (3,80% a.a. a 6,50% a.a. em 2015) para operações em R\$-PRÉ; e
 - iii) 2,50% a.a. (2,50% a.a. em 2015) para operações em UMBNDES.
- Operações de Repasses do País FINAME - com encargos financeiros que variam de 5,70% a.a. a 8,00% a.a. (1,50% a.a. a 8,00% a.a. em 2015), vencíveis até 16 de agosto de 2021.
- FUNCAFE com encargos que variam de 4,50% a.a. a 6,75% a.a. (2,00% a.a. a 6,00% a.a. em 2015), vencíveis até 08 de outubro de 2018; e
- Repasses do Exterior realizadas com BNP Paribas Paris, com encargos financeiros de 2,72% a.a. (0,89% a.a. a 1,29% a.a. em 2015), vencíveis até 12 de dezembro de 2018.



12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1 Composição de Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	14.240	205.992
Provisão para riscos fiscais (a)	477.253	431.551
Impostos e contribuições a recolher	41.988	45.723
Provisão para impostos e contribuições diferidos (b)	78.781	11.585
Total	612.262	694.851
Curto prazo	131.505	260.568
Longo prazo	480.757	434.283

- (a) Em 31 de dezembro de 2016 a provisão para riscos fiscais é composta principalmente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$329.837 (R\$303.368 em 2015) e R\$53.260 (R\$48.098 em 2015), respectivamente, em que o Conglomerado discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$84.749 (R\$71.161 em 2015) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.
- (b) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada principalmente com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$75.277 (R\$8.853 em 2015), tendo como contrapartida no patrimônio líquido R\$6.384 (R\$4.056 em 2015) e no resultado R\$58.529 (R\$3.707 em 2015). Em 2015 a provisão de impostos diferidos de superveniência de depreciação, no montante de R\$15.471, foi totalmente revertida em função da pré-liquidação das operações de "leasing", tendo como contrapartidas no resultado o valor de R\$9.281.

12.2 Composição de Outras Obrigações - Dívida Subordinada

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Dívida subordinada - Resolução CMN 3.444/07	17.772	12.849
Dívida subordinada - Resolução CMN 4.192/13	828.353	677.640
Dívida subordinada - Resolução CMN 4.192/13 - pendente de aprovação do Bacen	-	271.788
Total	846.125	962.277
Curto prazo	30.899	17.403
Longo prazo	815.226	944.874

A dívida subordinada pela Resolução 4.192 está representada por recurso captado por meio de emissão de "fixed rate notes" no valor de US\$175 milhões e US\$70 milhões equivalentes a R\$580.377 e R\$ 247.976 (R\$677.640 e R\$271.788 em 2015), já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2016 com juros de 5,27% a.a e 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2023 e 2026, respectivamente.

A dívida subordinada pela Resolução 3.444 está representada pela emissão de letras financeiras no valor de R\$17.772 (R\$12.849 em 2015), vencíveis até fevereiro de 2020, com juros prefixados de 12,70% a.a.

12.3 Composição de Outras Obrigações - Diversas

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Valores a pagar a sociedade ligada	8.278	7.761
Provisão de despesas de pessoal	141.218	119.555
Provisão para perdas com fianças e avais	104.523	176.424
Provisão para passivos contingentes cíveis	96.188	71.619
Provisão para contingência trabalhista	68.797	65.876
Valores a serem liberados aos conveniados	1.030.236	1.055.099
Provisão para despesas administrativas	125.215	84.876
Outras	11.045	162.164
Total	1.585.500	1.743.374
Curto prazo	1.393.708	1.526.562
Longo prazo	191.792	216.812

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.



12.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

<u>Descrição</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 01.01.2016	431.551	71.619	65.876	569.046
Constituição	3.939	30.726	14.926	49.591
Reversão/pagamento	-	(6.157)	(14.028)	(20.185)
Atualização monetária	41.762	-	2.023	43.785
Saldo em 31.12.2016	477.252	96.188	68.797	642.237
Saldo em 31.12.2015	431.551	71.619	65.876	569.046

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2016, os riscos considerados como de perda possível montam em R\$490.152 (R\$239.842 em 2015).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas, como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Quantidade de ações</u>		
Banco BNP Paribas Brasil S.A.			166.829
Banco Cetelem S.A.			905.165.792
Reconciliação do Patrimônio e do lucro líquido do Conglomerado Prudencial e do Banco BNP Paribas Brasil S.A.			
	<u>Banco BNP Paribas Brasil S.A.</u>	<u>Banco Cetelem S.A.</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>
Patrimônio Líquido	2.113.602	1.266.678	3.380.280
Resultado do exercício	183.685	(67.571)	116.114

13.2 Destinação do resultado

Conforme definido no Estatuto Social do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

<u>Empresas</u>	<u>Dividendos mínimo</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	5%
Banco Cetelem S.A.	1%

Do lucro líquido apurado no final de cada exercício, 5% são destinados para a constituição da Reserva Legal.

O Líder do Conglomerado auferiu lucro no exercício no montante de R\$183.685(R\$298.806 em 2015) que por deliberação dos acionistas controladores foi destinado da seguinte forma: R\$9.184 (R\$14.940 em 2015) a título de Reserva Legal; R\$45.000 (R\$89.656 em 2015) a título de Juros sobre Capital Próprio, cuja opção pela sua distribuição proporcionou uma redução na despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$20.250 (R\$40.345 em 2015) no exercício, e o restante a título de Reservas Estatutárias no valor de R\$129.501.

As empresas com participação de não controlador destinaram um montante de R\$ 60.000 a título de dividendos referente ao exercício de 2015.

13.3 Aumento de capital

Em 08 de dezembro de 2016 houve um aumento de capital em espécie na instituição líder do conglomerado no montante de R\$513.336 proveniente do acionista majoritário cuja aprovação pelo Banco Central ocorreu em 13 de janeiro de 2017.

O aumento do capital proposto em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$7.470 foi aprovado pelo Banco Central em 13 de junho de 2016.

14. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

14.1 Outras receitas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Reversão de provisões trabalhistas	5.038	-
Reversão de provisões de fianças prestadas	71.901	-
Receitas sobre pré-pagamentos em operações de crédito	85.117	79.254
Variação cambial	91.616	8.910
Receitas - multas por atraso	31.973	36.895
Constituição e variação monetária sobre crédito fiscal (1)	20.023	247.726
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	38.252	35.852
Recuperação de encargos e despesas	11.372	24.351
Ressarcimento de custos operacionais	31.466	-
Outras	3.836	2.608
Total	390.594	435.596

(1) Em 2015 foi habilitado o crédito de PIS/COFINS decorrente de decisão transitada em julgado, junto à Receita Federal.



14.2 Outras despesas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Constituição e atualização em impostos e depósitos judiciais	47.478	39.124
Perdas com ações e indenizações cíveis e trabalhistas	96.923	69.820
Descontos concedidos em renegociações	44.324	48.805
Convênios	26.931	18.710
Amortização de despesas antecipadas com parceiros-contratos	7.613	18.435
Provisão para perdas e fianças prestadas	-	107.010
Serviços de abastecimento de caixas eletrônicos	1.593	1.350
Ressarcimento de custos operacionais	11.134	11.026
Provisão para perdas operacionais	22.958	-
Recompras não averbada	268	1.604
Outras	25.565	21.561
Variação cambial	3.375	111.700
Total	288.162	449.145

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	280.703	646.226
(-) Participação dos empregados no lucro	(110.861)	(84.403)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital	169.842	561.823
(-) Juros sobre capital próprio	(45.000)	(89.656)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	124.842	472.167
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (3o)	(56.179)	(212.451)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal :		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	2.024	1.978
Notas Soberanas	33.724	16.902
Efeito da majoração de alíquota CSLL	(4.904)	82.426
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos	(28.393)	(42.666)
Total	(53.728)	(153.811)

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R\$4.753.424 (R\$5.315.508 em 2015) e estão registradas em contas de compensação.

O Conglomerado, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante de R\$104.523 (R\$176.424 em 2015) registrada em Outras Obrigações - Diversas (vide nota 12.3).

16.2 Administração de recursos de terceiros

O Conglomerado administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$45.795.913 (R\$33.668.371 em 2015).

16.3 Operações vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução CMN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2016</u>				<u>31.12.2015</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita (Despesa)</u>		<u>Ativo/(Passivo)</u>
			<u>Variação cambial</u>	<u>Juros</u>	
Adiantamento sobre contrato de câmbio	2.683	-	-	98	9.085
Empréstimos no exterior	-	2.770	1.966	(80)	(10.394)



16.4 Transações com partes relacionadas

16.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração atribuída à Diretoria no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$23.219 (R\$17.766 em 2015), benefícios de longo prazo de R\$3.058 (R\$2.784 em 2015), benefícios de rescisão de contrato de trabalho de R\$4.666 em 2015. Não existem benefícios pós-emprego e remuneração em ações.

16.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Conglomerado estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Disponibilidade em moeda estrangeira	36.719	-	90.285	-
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	(22.981)	(85.540)	-
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal e Hong Kong	parte relacionada	(13.738)	(4.745)	-
Derivativos a receber/(a pagar)	47.303	(65.588)	31.389	(103)
BNP Paribas EQD Brazil Multimercado CPI no Exterior	parte relacionada	(47.303)	(31.389)	103
Arrendamento mercantil	-	-	-	9.027
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	-	-	(9.027)
Serviços Prestados a Receber	1.354	1.354	1.942	1,942
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	(1.354)	(1.942)	(1.942)
Devedores diversos - exterior	33.721	47.524	30.821	46.951
BNP Paribas Securities Colombia	parte relacionada	(771)	(982)	(3.874)
BNP Paribas Securities Espanha	parte relacionada	-	(445)	-
BNP Paribas S.A. - Colombia	parte relacionada	(39)	(3.161)	-
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	(32.911)	(42.857)	(29.839)
Outros Créditos - Valores a receber de sociedades ligadas	4.574	46.614	2.901	55.338
Cardif do Brasil S.A.	parte relacionada	(4.574)	(46.614)	(2.899)
Cetelem Serviços Ltda.	parte relacionada	-	-	(2)
Depósitos à vista	(191)	-	(16.116)	-
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	91	-	118
BNP Paribas EQD Brazil Multimercado CPI no Exterior	parte relacionada	51	-	15.946
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	controlada	47	-	32
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	parte relacionada	2	-	20
Depósitos a Prazo	(84.639)	(5.402)	(67.012)	(7.961)
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	parte relacionada	60	8	62
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	39.319	10.139	47.373
Cetelem America S.A.	parte relacionada	2.143	(239)	957
Cetelem Serviços Ltda.	parte relacionada	43.117	(4.506)	18.620
Obrigações por operações compromissadas	(460.206)	(32.616)	(232.534)	(32.113)
BNP Paribas EQD Brazil Multimercado CPI no Exterior	parte relacionada	460.206	32.616	232.534
Obrigações por emissão de letras financeiras	(696)	(87)	(629)	(75)
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	parte relacionada	696	87	629
Obrigações por empréstimos e repasses	(4.411.433)	707.235	(4.105.412)	(1.302.720)
BNP Paribas S.A. Paris e Nova York	parte relacionada	4.411.433	(707.235)	4.105.412
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas	(8.278)	17.917	(7.631)	21.443
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	controlada	2.131	-	1.259
Cardif do Brasil S.A.	parte relacionada	4.078	-	6.367
Cetelem Serviços Ltda.	parte relacionada	-	(15.953)	5
Cetelem França	controlada	2.069	(1.964)	-
Outras obrigações - Dívida subordinada	(829.231)	111.814	(700.638)	(318.097)
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	244.385	(29.589)	-
BNP Paribas S.A. Bélgica	parte relacionada	584.846	(82.225)	700.638
Outras obrigações - Dívida subordinada pendente de autorização	-	-	(273.974)	(3.053)
BNP Paribas S.A. Bélgica	parte relacionada	-	-	273.974



17. RISCO OPERACIONAL

O Conglomerado mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Conglomerado manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

18. RISCO DE CRÉDITO

A área de gestão do risco de crédito atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito.

A área de Risco de Crédito está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Conglomerado emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado onde identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

A área de gerenciamento do risco de mercado, funciona independentemente das áreas de negócios, e é responsável pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, pela aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, pela validação dos novos produtos e pelas decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta pelo Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) que atua com apoio das áreas de Finanças, Compliance, Tesouraria e Gestão de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Crédito, entre outras. O CMC mantém políticas e procedimentos que buscam observar as melhores práticas de governança corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do Conglomerado Financeiro e do Conglomerado Prudencial. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP Brasil está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. RISCO DE LIQUIDEZ

O Conglomerado, em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, estabeleceu uma estrutura apropriada para o gerenciamento do risco de liquidez. Com a aplicação de rígidos padrões locais e globais, além de indicadores de controle e adequado nível de reporte, a gestão de liquidez visa continuamente cumprir com as determinações regulatórias, honrar seus compromissos com os clientes/mercado, apoiar a estratégia de desenvolvimento, manter o menor custo possível e lidar com eventuais crises de liquidez. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 510
São Paulo - SP - CEP 04543-906
+55 11 3841 3100
+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Rio Branco 1 - 10º andar gr.1002
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20090-003
+55 21 3094 8200
+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010
+55 31 3254 1250
+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240
+55 41 3099 7250
+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

**O banco
para um mundo
em mudança**